COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Comunicado
Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998
Balanço Patrimonial - Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês - Hospital Geral do Grajaú "Professor Liberato John Alphonse Di Dio"

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês - Hospital Geral do Grajaú

CNPJ n° 09.538.688/0005-66

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 *(Valores expressos em Reais - R$)*

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Circulante			
Recursos financeiros vinculados a projetos	4	3.298.920	2.153.331
Recursos a receber de projetos contratos de gestão e convênios	5	22.103	16.187
Estoques	6	2.101.371	1.555.961
Créditos diversos	7	174.310	142.394
Total do ativo circulante		5.596.704	3.867.873
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	13	1.601.519	734.973
Imobilizado	8	3.985.323	4.144.843
Total do ativo não circulante		5.586.842	4.879.816
Total do ativo		**11.183.546**	**8.747.689**

Passivo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Passivo circulante			
Fornecedores	9	7.988.154	9.780.112
Obrigações trabalhistas	10	13.640.463	11.733.139
Obrigações tributárias	11	1.060.882	878.100
Outras contas a pagar		11.660	1.461.653
Receita diferida		353.487	-
Outras contas a pagar - partes relacionadas	12	1.200.000	15.049.161
Total do passivo circulante		24.254.646	38.902.165
Passivo não circulante			
Provisão para demandas judiciais	13	4.565.300	5.606.093
Subvenções de investimentos a realizar	14	43.034	743.183
Subvenção de bens a apropriar - imobilizado	15	3.985.323	4.096.228
Obrigações tributárias	11	1.001.128	1.598.019
Outras contas a pagar - partes relacionadas	12	12.640.492	-
Receita diferida		706.974	-
Total do passivo não circulante		22.942.251	12.043.523
Patrimônio líquido	16		
(Déficits) acumulados		(42.197.999)	(39.183.269)
Superávit (déficit) do exercício		6.184.648	(3.014.730)
Total do patrimônio líquido negativo		(36.013.351)	(42.197.999)
Total do passivo e do patrimônio líquido negativo		**11.183.546**	**8.747.689**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	(Déficts) acumulados	(Déficit) do exercício	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	**(31.981.592)**	**(7.201.677)**	**(39.183.269)**
Incorporação do déficit do ano anterior aos déficits acumulados	(7.201.677)	7.201.677	-
(Déficit) do exercício	-	(3.014.730)	(3.014.730)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**(39.183.269)**	**(3.014.730)**	**(42.197.999)**
Incorporação do déficit do ano anterior aos déficits acumulados	(3.014.730)	3.014.730	-
(Superávit) do exercício	-	6.184.648	6.184.648
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**(42.197.999)**	**6.184.648**	**(36.013.351)**

Demonstrações dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em Reais - R$)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receitas operacionais			
Recursos dos contratos de gestão - estadual	17	148.445.273	140.945.547
Receitas com doações		109.854	297.947
Outras receitas		1.198.378	1.508.882
		149.753.505	**142.752.376**
Custos e despesas operacionais			
Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos	18	(132.312.501)	(137.247.131)
Utilidade pública	19	(3.153.931)	(2.999.431)
Serviços profissionais	20	(6.665.987)	(3.035.537)
Contingências	13	615.293	500.181
Depreciações		(713.763)	(666.585)
Outras (despesas) operacionais, líquidas	21	(1.575.675)	(2.430.984)
		(143.806.564)	**(145.879.487)**
Superávit (déficit) operacional antes do resultado financeiro		**5.946.941**	**(3.127.111)**
Despesas financeiras	22	(187.775)	(230.619)
Receitas financeiras	22	425.482	343.000
Receitas financeiras, líquidas	22	237.707	112.381
Superávit (déficit) do exercício		**6.184.648**	**(3.014.730)**

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em Reais - R$)

	31/12/2018	31/12/2017
Superávit (déficit) do exercício	6.184.648	(3.014.730)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**6.184.648**	**(3.014.730)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em Reais - R$)

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	6.184.648	(3.014.730)
Ajustes por:		
Provisão para contingências	(615.293)	(500.181)
Depreciações	713.763	666.585
Variação de ativos e passivos operacionais		
(Aumento) redução dos ativos		
Recursos financeiros vinculados a projetos	(1.145.589)	(1.634.847)
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	(5.916)	(16.187)
Estoques	(545.410)	(152.179)
Créditos diversos	(31.916)	187.986
Depósitos judiciais	(866.546)	76.088
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(1.791.958)	(3.450.220)
Obrigações trabalhistas	1.907.324	(1.153.513)
Obrigações tributárias	(414.109)	(415.788)
Outras contas a pagar	(1.449.993)	(375.607)
Subvenções de Investimentos a Realizar	(700.149)	245.209
Subvenções de bens a apropriar - imobilizado	(665.148)	(715.200)
Contingências pagas	(425.500)	(206.943)
Receita diferida	1.060.461	-
Caixa líquido gerado nas (utilizado nas) atividades operacionais	1.208.669	(10.459.527)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Subvenções de bens a apropriar - compras de imobilizado	554.243	913.383
Adições no imobilizado	(554.243)	(913.383)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de recursos com partes relacionadas	-	10.459.527
Pagamento de recursos com partes relacionadas	(1.208.669)	-
Caixa líquido (utilizado nas) gerado nas atividades de financiamentos	(1.208.669)	10.459.527
Variação de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e eqiuvalentes de caixa no final do exercício	-	-
Variação de caixa e equivalentes de caixa	-	-

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações financeiras "carve-out"

1 Contexto operacional: O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") é uma entidade constituída em 14 de abril de 2008, sem fins econômicos ou lucrativos, com sede na Rua Peixoto Gomide nº 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0001-32. Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública, podendo, assim, efetuar parcerias junto aos Órgãos Públicos Municipais e Estaduais. **Hospital Geral do Grajaú (Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú)**, Unidade inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0005-66, localizada na Rua Francisco Octávio Pacca, nº 180, Grajaú. Em 15 de dezembro de 2011 foi celebrado Contrato de Gestão nº 001.0500.000.066/2011 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, assumindo a gestão a partir de 1 de janeiro de 2012, por 5 anos. Em 15 de dezembro de 2016, foi celebrado um novo contrato de gestão sob nº 001.0500.000.032/2016, que prevê a gestão a partir de 16 de dezembro de 2016 por 5 anos, com o repasse global estimado em R$ 701,6 milhões. O repasse de janeiro à dezembro de 2018 deste instrumento é de R$ 147,7 milhões. Para 2019 o montante estimado é de R$ 152,8 milhões. **1.1 Plano da Administração para o Hospital Geral do Grajaú:** O Hospital Geral do Grajaú, encerrou o exercício de 31 de dezembro de 2018 com superávit de R$ 6,2 milhões reduzindo o patrimônio líquido negativo de R$ 42,2 milhões para R$ 36,0 milhões. O passivo circulante excede ao ativo circulante em R$ 18,6 milhões. Os principais fatores que contribuíram para a geração de superávit foram: - A correção do valor do repasse anual em 4,85% sobre a receita de 2018, por decisão conjunta da Secretaria Estadual da Saúde (SES) e a direção do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês em repassar 0 % de aumento que fariam jus as unidades AME Interlagos e Lucy Montoro, integralmente ao Hospital Geral do Grajaú, tendo em vista a necessidade acentuada de recursos no Hospital evidenciado nas demonstrações financeiras da unidade, findas em dez/2017. - O trabalho efetivo de gestão na unidade em questão que buscou na revisão de processos, na reavaliação de contratos de prestadores de serviços (médicos e outros) e na correta alocação de recursos, subsídios suficientes para geração de resultado positivo na unidade. - O reflexo do processo de mudança na governança corporativa do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês que teve início em dezembro de 2016 com reestruturação administrativa em diversos níveis. Todo essa gestão de mudanças, reflete nos resultados apresentados com expectativa de manutenção dos mesmos no decorrer dos anos subsequentes, com redução gradativa do Patrimônio Líquido negativo acumulado. **2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras "carve-out" que estão sendo apresentadas contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações da filial Hospital Geral do Grajaú ("Entidade") gerida pelo Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") os quais são controlados e operados por meio de centros de custos pela controladoria do Instituto. Dessa forma, não representando, a situação financeira e patrimonial do Instituto como um todo (operações e resultados da sede-matriz, decorrentes das atividades hospitalares, e das filiais, decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde dessas OSS's). Ressaltamos que no modelo de contratos de gestão de uma OSS - Organização Social de Saúde, quando existe o término do contrato e não há interesse entre as partes em mantê-lo, o ente público abre processo licitatório para contratação de uma nova entidade privada que passará a gerir o contrato. Dessa forma, os bens, direitos e deveres da OSS são transferidos de uma entidade privada para outra a partir desse momento. O contrato de gestão em questão segue o mesmo pressuposto e, caso o Instituto manifeste interesse em não renová-lo, o mesmo será devolvido ao ente público que buscará outra entidade privada para assumir o contrato de gestão. A emissão das demonstrações financeiras "carve-out" do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram aprovadas pelo Conselho da Administração do Instituto em 27 de março de 2019. As mudanças introduzidas pela adoção as novas normas contábeis CPC48/IFRS 9 Instrumentos financeiros e CPC 47/IFRS 15 Receita de contrato com clientes não afetaram significativamente as políticas contábeis e suas aplicações a partir de 1º de janeiro de 2018 não causaram efeito nos saldos contábeis correntes e comparativos. O detalhamento está apresentado na nota explicativa 2 (e). **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras "carve-out" são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras "carve-out" de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa 8** - valor residual do ativo imobilizado; e **Nota explicativa 13** - provisão para demanda judicial. **Mensuração do valor justo**: Uma série de políticas e divulgações contábeis do Instituto requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração do Instituto. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2**: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3**: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa 23** - instrumentos financeiros. **Base de preparação das demonstrações financeiras**: As demonstrações financeiras "carve-out" foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado. **Mudanças nas principais políticas contábeis:** O Instituto aplicou inicialmente o CPC47 / IFRS15 - receita de contrato com cliente e o CPC 48 / IFRS 9 - instrumentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Instituto. Devido aos métodos de transição escolhidos pelo Instituto na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas: **(i) CPC 47 / IFRS 15**. **Receita de contrato com cliente:** O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando e como uma receita é reconhecida. Ele substituiu o CPC 30 / IAS 18 - Receitas, o CPC 17 / IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. O Instituto adotou o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30 / IAS 18, o CPC 17 / IAS 11 e interpretações relacionadas. As receitas são registradas quando for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para o Instituto e o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Em relação a CPC 47 / IFRS 15 não houve impacto material no balanço patrimonial, na demonstração de resultado e na demonstração dos fluxos de caixa do Instituto para o exercício findo 31 de dezembro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis do Instituto relacionadas ao reconhecimento da receita, estão descritas na nota explicativa nº 17. **(ii) CPC 48 / IFRS 9**. **Instrumentos financeiros:** O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 / IFRS 9 traz uma nova abordagem na classificação e mensuração de ativos financeiros, a qual considera tanto o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. A norma classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (CA); (ii) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma eliminou as categorias propostas pelo IAS 39 (CPC 38) de ativos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. **Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros:** O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. A adoção da IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Instituto relacionadas a ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir explica as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos e passivos financeiros do Instituto em 1º de janeiro de 2018. Abaixo são demonstrados o resumo da nova classificação:

Ativo financeiro	Classificação anterior	Classificação IFRS 9
Recursos financeiros vinculados à projetos	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Créditos diversos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado	Outros passivos financeiros
Outras contas a pagar	Custo amortizado	Outros passivos financeiros

Para maiores detalhes dos instrumentos financeiros do Instituto, vide nota explicativa nº 23. **3 Principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras "carve-out" foram preparadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir. **a. Recursos vinculados a projetos:** Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão. **b. Estoques:** Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no ambulatório. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **c. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumulada, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Sociedade inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **Custos subsequentes:** Itens do custo de reposição de um componente do imobilizado são reconhecidos no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Sociedade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação:** A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual, ao longo de sua vida útil estimada. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. A vida útil estimada para o exercício corrente e comparativas são as seguintes:

	Anos
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos médicos	10
Máquinas e equipamentos em geral	10
Software e hardware	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Redução ao valor recuperável:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **e. Obrigações trabalhistas:** Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço. **f. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. **g. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**: O Instituto não pratica transações significativas de compras a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **h. Provisão para demandas judiciais**: O Instituto é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **i. Subvenções governamentais**: Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão firmados com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo ("SES") e contratos de convênio

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 24/05/2019 09:57:09.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 31056405] - www.imprensaoficial.com.br

firmados com o Governo, são registrados em conformidade com o CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamental, da seguinte forma: **Subvenção para custeio** - Reconhecida como receita do exercício para fazer fase às despesas incorridas. **Subvenção para investimentos** – relacionada a ativos, incluindo aqueles ativos não monetários mensurados ao valor justo, deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, enquanto apenas recebido registrados na rubrica "Subvenções de investimentos a realizar", após a aquisição do ativo, o montante é reclassificado para a rubrica "Subvenções de bens a apropriar - imobilizado", sendo reconhecidas como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente o bem adquirido é contabilizado como imobilizado e depreciado pela vida útil estimada. **J. Apuração do resultado do exercício:** As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. Os repasses dos contratos de gestão/convênios são efetuados pelos ente público geralmente no início do mês seguinte à competência. **k. Receitas com trabalhos voluntários:** As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o Instituto não registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em decorrência de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras "carve-out". **l. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial**: Os recursos a receber de projetos de contratos de gestão e convênios são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(i) Classificação e mensuração subsequente**: **Ativos Financeiros - Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2018 o Instituto não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1° de janeiro de 2018: Ativos financeiros a VJR** - Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidas no resultado. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento** - Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. I**nstrumentos de dívida a VJORA** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é classificado no resultado. **Instrumentos patrimoniais a VJORA** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em JORA e nunca são reclassificados para o resultado. **Ativos financeiros - Politica aplicável antes de 1° de janeiro 2018**: O Instituto classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias: - Empréstimos e recebíveis; - Ativos financeiros mantidos até o vencimento; - Ativos financeiros disponíveis para venda; e - Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas** - **Política aplicável antes de 1° de janeiro de 2018**. - Ativos financeiros a VJR: Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita, foram reconhecidos no resultado. -Empréstimos e recebíveis: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. - Ativos financeiros mantidos até o vencimento: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(ii) Desreconhecimento:** O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Instituto nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Instituto desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Instituto também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iii) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **m. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: IFRS 16 Leases - "Arrendamento Mercantil":** Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2) / IFRS16 não tenha um impacto material nas demonstrações financeiras do Instituto no período de aplicação inicial. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Instituto está em processo de avaliação, mensuração dos impactos e aplicação dos requerimentos do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, porém a Administração não espera ter grandes impactos em relação a mensuração do ativo de arrendamento, uma vez que todos imóveis são propriedades dos entes públicos (Administrados pelo Instituto via contratos de gestão).

Unidades	Recursos a Receber 31/12/2017	Recursos de Custeio	Recursos de Investimentos	Recursos Recebidos - Investimentos	Recursos Recebidos - Custeio	Recursos a Receber 31/12/2018
Hospital Geral do Grajaú	16.187	147.738.310	115.015	(115.899)	(147.731.510)	22.103

Unidades	Recursos a Receber 31/12/2016	Recursos de Custeio	Recursos de Investimentos	Recursos Recebidos - Investimentos	Recursos Recebidos - Custeio	Recursos a Receber 31/12/2017
Hospital Geral do Grajaú	-	140.278.962	602.530	(586.343)	(140.278.962)	16.187

6 Estoques

	31/12/2018	31/12/2017
Medicamentos, materiais médicos-cirúrgicos e enfermagem	1.703.780	1.104.825
Gêneros alimentícios, rouparia, uniformes e outros	397.591	451.136
	2.101.371	**1.555.961**

7 Créditos diversos

	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos a funcionários	148.279	140.928
Despesas a apropriar	26.031	1.466
	174.310	**142.394**

8 Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custos	Depreciação acumulada	2018	2017
Instalações	10%	382.246	(18.861)	363.385	-
Móveis e utensílios	10%	1.223.168	(797.797)	425.371	420.292
Máquinas e equipamentos médicos	10%	5.902.393	(3.198.251)	2.704.142	3.106.843
Máquinas e equipamentos em geral	10%	639.038	(298.891)	340.147	383.344
Software e hardware	20%	755.881	(603.603)	152.278	234.364
Total		**8.902.726**	**(4.917.403)**	**3.985.323**	**4.144.843**

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão demonstradas nos quadros abaixo:

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Custo				
Instalações	-	382.246	-	382.246
Móveis e utensílios	1.147.972	75.196	-	1.223.168
Máquinas e equipamentos médicos	5.829.309	73.084	-	5.902.393
Máquinas e equipamentos em geral	624.385	14.653	-	639.038
Software e hardware	746.817	9.064	-	755.881
Total custo	**8.348.483**	**554.243**	**-**	**8.902.726**
Depreciação				
Instalações	-	(18.861)	-	(18.861)
Móveis e utensílios	(727.680)	(70.117)	-	(797.797)
Máquinas e equipamentos médicos	(2.722.466)	(475.785)	-	(3.198.251)
Máquinas e equipamentos em geral	(241.041)	(57.850)	-	(298.891)
Software e hardware	(512.453)	(91.150)	-	(603.603)
Total depreciação	(4.203.640)	(713.763)	-	(4.917.403)
Saldo líquido	**4.144.843**	**(159.520)**	**-**	**3.985.323**

	Saldo em 31/12/2016 Reapresentado	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Custo				
Móveis e utensílios	1.130.889	17.083	-	1.147.972
Máquinas e equipamentos médicos	4.942.712	886.597	-	5.829.309
Máquinas e equipamentos em geral	614.682	9.703	-	624.385
Software e hardware	746.817	-	-	746.817
Total custo	**7.435.100**	**913.383**	**-**	**8.348.483**
Depreciação				
Móveis e utensílios	(655.830)	(71.850)	-	(727.680)
Máquinas e equipamentos médicos	(2.282.343)	(440.123)	-	(2.722.466)
Máquinas e equipamentos em geral	(183.161)	(57.880)	-	(241.041)
Software e hardware	(415.721)	(96.732)	-	(512.453)
Total depreciação	(3.537.055)	(666.585)	-	(4.203.640)
Saldo líquido	**3.898.045**	**246.798**	**-**	**4.144.843**

9 Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais	**7.988.154**	**9.780.112**

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares. Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	31/12/2018	31/12/2017
Vencidos (a)	1.714.153	995.469
A vencer até 30 dias	5.838.550	5.861.758
A vencer de 31 à 180 dias	435.451	2.922.885
	7.988.154	**9.780.112**

(a) A administração passou a negociar junto aos credores, no sentido de estabelecer um fluxo de pagamento parcelado da dívida, sem acréscimos legais de multas, juros ou quaisquer outras taxas, obtendo, na maioria dos casos, êxito nas negociações, escalonando os pagamentos e cumprindo com os parcelamentos acordados.

10 Obrigações trabalhistas

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para férias e encargos sobre férias	6.772.908	6.931.873
Salários e ordenados a pagar	4.953.876	3.158.358
Contribuições e encargos sociais	1.913.679	1.642.908
	13.640.463	**11.733.139**

4. Recursos vinculados a projetos - contratos de gestão e convênios:

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	490	204
Aplicações financeiras	3.298.430	2.153.127
	3.298.920	**2.153.331**

Referem-se principalmente a Fundos de Investimentos por cotas que apresentam em sua composição títulos públicos federais ou títulos privados de baixo risco de crédito, pré ou pós fixados. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 81% a 84% do CDI (em 2017 a remuneração ficou em 85% a 95% do CDI). **5. Recursos a receber de projetos – contratos de gestão e convênios:**

	31/12/2018	31/12/2017
Hospital Geral do Grajaú	22.103	16.187

As movimentações financeiras dos contratos de gestão e recursos próprios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão demonstradas nos quadros abaixo:

11 Obrigações tributárias

	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e taxas municipais parceladas (i)	1.707.806	2.259.270
INSS pessoa jurídica	58.388	55.294
ISS	14.936	15.139
PIS / COFINS / CSLL	236.488	112.143
IRRF	44.392	34.273
	2.062.010	**2.476.119**
Circulante	1.060.882	878.100
Não circulante	1.001.128	1.598.019

(i) Refere-se ao saldo remanescente do parcelamento com os débitos da Taxa de Lixo (TRSS), dos períodos de 2011 a 2015, parcelados em 60 meses, com pagamentos a partir de junho de 2016, sendo liquidadas 31 parcelas até 31 de dezembro de 2018.

12 Partes relacionadas

Passivo	31/12/2018	31/12/2017
Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sírio-Libanês (a)	13.840.492	15.040.492
Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês (matriz)	-	8.669
Total	**13.840.492**	**15.049.161**
Passivo circulante	1.200.000	15.049.161
Passivo não circulante	12.640.492	-

As transações entre partes relacionadas referem-se as transferências de recursos entre as filiais para suprir necessidades de caixa. As transações não possuem contratos com vencimento, juros e garantias. (a) Aporte emergencial realizado pela Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sírio-Libanês para suporte financeiro da unidade. A partir do exercício de 2018 o Hospital Geral do Grajaú iniciou a devolução dos recursos em parcelas mensais e consecutivas, sendo quitado R$ 1.200.000 de suas obrigações com o Hospital Sírio-libanês. O valor registrado no passivo circulante representa o montante previsto de pagamento em 2019. **Remuneração da Administração** - os membros do conselho não possuem nenhum tipo de remuneração.

13 Provisão para demandas judiciais

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para demandas judiciais	**4.565.300**	**5.606.093**

O Instituto é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis para os processos, nos montantes indicados a seguir:

	Saldo em 31/12/2017	2018 Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2018
Trabalhistas	2.335.464	907.785	(1.162.651)	(408.000)	1.672.598
Cíveis	3.270.629	415.229	(775.656)	(17.500)	2.892.702
	5.606.093	**1.323.014**	**(1.938.307)**	**(425.500)**	**4.565.300**

	Saldo em 31/12/2016	2017 Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2017
Trabalhistas	1.477.625	1.288.003	(223.221)	(206.943)	2.335.464
Cíveis	4.835.591	1.148.582	(2.713.544)	-	3.270.629
	6.313.216	**2.436.585**	**(2.936.765)**	**(206.943)**	**5.606.093**

O Instituto está envolvido em outros processos cíveis e trabalhistas surgidos no curso normal de suas operações, classificados por seus consultores legais com risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída. Os montantes destes processos, em 31 de dezembro de 2018 são: trabalhistas R$ 1.054.083 (R$ 4.079.999 em 2017) e cíveis R$ 6.694.469 (R$ 19.228.382 em 2017). Em 2018, o Instituto em conjunto com seus assessores jurídicos revisaram as contingencias classificadas com risco de perda possível. Nessa avaliação foi identificada a necessidade de reclassificação, principalmente das causas trabalhistas onde os pedidos de indenização versam sobre várias temas sendo que cada tema possui um nível diferenciado de risco. Com isso, o montante de causas com risco possível foi sensivelmente reduzido. Ressaltamos que essa revisão não afetou de forma relevante o nível de provisionamento das causas de risco de perda provável, uma vez que as causas de risco possível, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não requerem o provisionamento. Os principais temas trabalhistas abordados nesses processos versam sobre horas extras, adicionais de insalubridade, equiparação salarial, verbas rescisórias, dentre outros. Não são esperadas perdas no encerramento desses processos além dos montantes já provisionados. Os

processos relacionados à natureza cível têm como principais discussões erros médicos, de diagnósticos, entre outros. Os principais temas cíveis abordados nesses processos versam, principalmente, sobre questões de erro médico. Caso essas contingenciais, venham a ter um desembolso financeiro provável, o Instituto negociará junto a Secretaria Estadual de Saúde um complemento de repasse no contrato de gestão para cobertura de eventual indenização. Os depósitos judiciais mantidos no ativo não circulante, que não possuem passivos contingentes associados, possuem a seguinte composição:

Natureza	2018	2017
Trabalhista	1.532.313	734.973
Cível	69.206	-
	1.601.519	734.973

14 Subvenção de investimentos a realizar

	31/12/2018	31/12/2017
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	43.034	743.183

2018	Saldo em 31/12/2017	Recebimento de recursos	Consumo	Receitas financeiras líquidas	Saldo em 31/12/2018
Subvenção de investimentos à realizar	743.183	115.015	(815.164)	-	43.034

2017	Saldo em 31/12/2016	Recebimento de recursos	Consumo	Receitas financeiras líquidas	Saldo em 31/12/2017
Subvenção de investimentos à realizar	497.974	602.529	(357.320)	-	743.183

Referem-se aos recebimentos da Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo, classificados como investimentos para aquisições de equipamentos para as unidades, vide nota explicativa nº 5. **15 Subvenção de bens a apropriar – imobilizado:**

	31/12/2018	31/12/2017
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	3.985.323	4.096.228

2018	Saldo em 31/12/2017	Total de aquisições	Total de baixas	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2018
Subvenção de bens à apropriar - Imobilizado	4.096.228	602.858	-	(713.763)	3.985.323

2017	Saldo em 31/12/2016	Total de aquisições	Total de baixas	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2017
Subvenção de bens à apropriar - Imobilizado	3.898.045	864.768	-	(666.585)	4.096.228

As subvenções para investimentos são classificadas no passivo não circulante, na rubrica "Subvenções de bens a apropriar - imobilizado", sendo reconhecida como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1). Vide notas explicativas 8 e 14. **16 Patrimônio líquido:** Conforme Estatuto Social da Instituição, deverá ser aplicado integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, superávits e déficits dos exercícios são integralmente incorporados ao patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social, em caso de extinção ou dissolução os bens que integram o seu patrimônio, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados ao patrimônio de outra organização social da mesma área de atuação ou ao patrimônio do órgão público ou instituição pública na proporção dos recursos e dos bens por ele alocados nos termos dos contratos de gestão. **Remuneração da administração:** O Instituto não remunera de forma direta ou indireta seus membros do conselho fiscal, de deliberativo, de administração e diretoria de senhoras. **17 Receitas dos contratos de gestão - convênio estadual:**

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas com contrato de gestão Estadual – Hospital Geral do Grajaú (a)	147.731.510	140.278.962
Receitas com Subvenção de Imobilizado	713.763	666.585
	148.445.273	140.945.547

(a) As receitas apresentadas nesta rubrica destinam-se ao custeio das atividades nas unidades com a Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1). Adicionalmente as movimentações financeiras encontram-se evidenciadas na nota explicativa nº 5.

18 Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal e encargos	(72.876.500)	(75.956.676)
Materiais de consumo	(2.965.931)	(6.991.010)
Segurança e vigilância	(2.150.317)	(1.947.109)
Higiene e limpeza	(3.206.317)	(3.647.555)
Nutrição	(2.864.400)	(2.009.402)
Serviços médicos	(31.722.042)	(29.062.310)
Medicamentos e materiais	(14.315.609)	(14.825.560)
Lavandeira e rouparia	(2.211.385)	(2.807.509)
	(132.312.501)	(137.247.131)

19 Utilidade pública

	31/12/2018	31/12/2017
Energia elétrica	(1.388.317)	(1.342.203)
Água	(1.223.946)	(1.166.485)
Telecomunicações	(128.492)	(123.042)
Gás natural	(405.854)	(354.497)
Combustíveis e lubrificantes	(7.322)	(13.204)
	(3.153.931)	(2.999.431)

20 Serviços profissionais

	31/12/2018	31/12/2017
Serviços diversos - pessoas jurídicas (a)	(4.422.589)	(251.126)
Consultoria e assessoria	(334.830)	(1.015.948)
Suporte em infraestrutura de TI	(842.407)	(508.574)
Manutenção e conservação	(868.304)	(1.068.452)
Honorários advocatícios	-	(175.451)
Auditoria	(197.857)	(15.986)
	(6.665.987)	(3.035.537)

(a) Trata-se das despesas de prestações de serviços executados pela unidade Matriz do Instituto referentes aos suportes prestados para o Hospital Geral do Grajaú que passaram a ser rateados somente a partir de 2018 pelo acordo de cooperação firmado entre as filiais.

	31/12/2018	31/12/2017
Locação de equipamento	(1.089.139)	(1.217.702)
Arquivos e guardas de documentos	(146.324)	(74.186)
Impostos e taxas municipais (a)	(649.159)	(316.430)
Perdas (ganhos) nos estoques	(267.038)	(298.167)
Despesas legais / fiscais / parafiscais	(41.334)	(499.111)
Outras receitas (despesas)	617.319	(25.388)
	(1.575.675)	(2.430.984)

(a) Refere-se as despesas com Taxas de Lixo (TRSS).

22 Receitas financeiras, líquidas

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas financeiras		
Juros e multas sobre parcelamento	(132.517)	(95.199)
Outras despesas financeiras	(33.595)	(47.000)
Multas	(3.233)	-
Juros incorridos	(18.430)	(25.324)
Imposto sobre operações financeiras	-	(63.096)
	(187.775)	(230.619)
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	404.233	274.582
Descontos obtidos	21.249	68.418
	425.482	343.000
	237.707	112.381

23 Instrumentos financeiros: O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o Instituto não efetuou operações com derivativos. Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2018 e de 2017), o Instituto está sujeito aos fatores de: **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações a vencer, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto. O Instituto mantém discussões com os órgãos públicos para fins de garantir sua liquidez, principalmente com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, para buscar a equalização das obrigações assumidas na gestão do Instituto. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira.

31/12/2018 Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratuais Total	6 meses ou menos	06 - 12 meses	1 - 2 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	7.988.154	7.988.154	7.988.154	-	-	-
Outras Contas a Pagar	11.660	11.660	11.660	-	-	-
Total	7.999.814	7.999.814	7.999.814	-	-	-

31/12/2017 Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratuais Total	6 meses ou menos	06 - 12 meses	1 - 2 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	9.780.112	9.780.112	9.780.112	-	-	-
Outras Contas a Pagar	1.461.653	1.461.653	1.461.653	-	-	-
Total	11.241.765	11.241.765	11.241.765	-	-	-

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de o Instituto incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do risco de perda nos recursos aplicados; porém, o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha. **Exposição a riscos de crédito: O** valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras "carve-out" foi:

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Recursos financeiros vinculados à projetos	4	3.298.920	2.153.331
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	5	22.103	16.187
Outros ativos	7	174.310	142.394
Total		3.495.333	2.311.912

Instrumentos financeiros "Não derivativos": Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se toma urna das partes das disposições contratuais do instrumento. O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pelo Instituto, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração do valor justo: **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; **Nivel 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nivel 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos o passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); **Nivel 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível 2. A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias:

	2018	2017	Classificação
Ativos			
Recursos financeiros vinculados à projetos	3.298.920	2.153.331	Custo amortizado
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	22.103	16.187	
Créditos diversos	174.310	142.394	Custo amortizado
Passivos			
Fornecedores	7.988.154	9.780.112	Outros passivos financeiros
Outras contas a pagar	11.660	1.461.653	Outros passivos financeiros
Outras contas a pagar - partes relacionadas	13.840.492	15.049.161	Outros passivos financeiros

24 Tributos e contribuições: Imposto de renda e contribuição social: Em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, o Instituto goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 2 de setembro de 1975, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 e artigo 195 da Constituição Federal. **COFINS:** O Instituto é isento do recolhimento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03. **Renúncia fiscal:** Em atendimento à ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, de 21 de agosto 2016 aprovada pela resolução CFC n.º 1.409/12, o Instituto apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2017 e de 2016. Estão detalhados os impostos e contribuições com seus respectivos percentuais apurados, ressaltando que se tratam de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos. Incidentes sobre a receita (ISS, PIS e COFINS - regime cumulativo). Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL). **ISS sobre a receita (ISSQN)**: A Lei nº 16.127/2015 e Decreto nº 56.302/2015, art. 3º, estabelecia que ficariam isentas do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, qualificadas como organizações sociais, estabelecidas no Município de São Paulo, que celebrassem, com a Administração Pública Direta e autarquias da União, do Município de São Paulo, contrato de gestão com vistas à formação de parceria entre as partes para o fomento e execução de atividades dirigidas às áreas de saúde. A legislação garantia isenção de ISSQN sobre os repasses do contrato de gestão. Em 14 de novembro de 2017 foi aprovado a Lei 16.757/2017 que determinou para as OS's estabelecidas no município de São Paulo a isenção de apenas 60% do imposto devido e fixou a alíquota efetiva mínima em 2%, exigível a partir de 2018. A Administração, até a presente data, aguarda posicionamento de sua assessoria jurídica, em relação a lei supracitada, para definição quanto ao provisionamento e recolhimento. **25 Isenção de INSS cota patronal:** Em 18 de setembro de 2015 o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês obteve o deferimento do seu pedido da certidão do CEBAS, segundo o qual, a partir da publicação em Diário Oficial, iniciou-se o período de gozo da isenção de INSS patronal (20,0% sobre salário bruto), FPAS (5,8%), Seguro contra Riscos e Acidentes RAT (2,16%), totalizando 27,96%. Essa isenção tem validade de 3 anos a contar da data da publicação (ocorrida em 21 de setembro de 2015). O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês protocolou requerimento de renovação em 07/08/2018, conforme SEI nº 25000.136428/2018-58, o qual se encontra em análise. Ainda em relação à condição de tempestividade da entidade, cumpre-nos citar o disposto no § 3º do artigo 8º, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, ao dispor que: "8º O protocolo do requerimento de renovação da certificação será considerado prova da certificação até o julgamento do seu processo pelo Ministério certificador".

Lilian Cury
Presidente do Conselho Administrativo do Instituto

Paulo Chapchap
Membro do Conselho Administrativo do Instituto

Francies Regyanne Oliveira
Diretora Executiva Interina

Cláudio Augusto Generoso
Gerente Financeiro e Contábil

Ricardo Briquezi Bezerra
Contador CRC 1SP250100/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras "carve out"

Aos Conselheiros e Diretores do **Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês, gestor do Hospital Geral do Grajaú** - São Paulo - SP. **Opinião**: Examinamos as demonstrações financeiras "carve-out" do Hospital Geral do Grajaú("Entidade") filial do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras "carve-out" acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Geral do Grajaú, filial do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras "carve out"** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.a que descreve a base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" e os critérios utilizados para rateio e alocação das receitas, despesas, ativos e passivos. Consequentemente, essas demonstrações financeiras "carve- out" podem não ser necessariamente um indicativo da performance financeira e dos resultados das operações futuras que seriam obtidos caso fossem consideradas todas as operações da Entidade como uma entidade jurídica. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Ênfase - Reequilíbrio econômico de contrato de gestão junto a Secretaria Estadual da Saúde:** Chamamos a atenção para a nota expli-

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 24/05/2019 09:46:19.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 31056533] - www.imprensaoficial.com.br

cativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, que indica que em 31 de dezembro de 2018 o contrato de gestão junto à Secretaria Estadual da Saúde apresentava deficiência de capital de giro de R$ 18.657.942 e patrimônio líquido negativo em R$ 36.013.351. O Instituto vem buscando alternativas junto à Secretaria Estadual da Saúde visando a renegociação dos valores dos repasses do contrato de gestão para equalizar os seus fluxos financeiros. Até a data de conclusão dos nossos trabalhos, não houve desfecho desse assunto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outros assuntos - restrições sobre uso e distribuição:** As demonstrações financeiras "carve-out" acima referidas foram elaboradas pela administração do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês com o propósito específico de serem utilizadas no processo de prestação de contas com a Secretaria Estadual da Saúde. Consequentemente, elas podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação no processo de prestação de contas com a Secretária Estadual de Saúde identificados pelo Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não o do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês, Hospital Geral do Grajaú e Secretaria Estadual da Saúde. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras "carve-out"** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras "carve-out"** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras "carve-out", tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras "carve-out". Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras "carve-out", independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras "carve-out" ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras "carve-out", inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras "carve-out" representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 5 de abrilde 2019
KPMG Auditores Independentes - CRC 2SP014428/O-6
Marcos A Boscolo Contador - CRC 1SP198789/O-0

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês – Hospital Estadual Professor Liberato John Alfonse Di Dio do Grajaú

CNPJ nº 09.538.688/0005–66

Relatórios de Atividades Assistenciais

Demonstrativo de Produção Assistencial: Demostramos abaixo o relatório de execução técnica, referente a produção assistencial do exercício de 2018, referente ao contrato de Gestão nº 001.0500.000.032/2016.

183 - Internações	1º Semestre		2º Semestre	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Clínica Médica	2.520	3.287	2.520	3.296
Obstetrícia	1.752	1.857	1.752	1.542
Pediatria	1.410	1.980	1.410	1.791
Total	**5.682**	**7.124**	**5.682**	**6.629**

185 - Urgência / Emergência	1º Semestre		2º Semestre	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Consultas de Urgência	78.000	85.080	78.000	76.107
Total	**78.000**	**85.080**	**78.000**	**76.107**

275 - SADT Externo	1º Semestre		2º Semestre	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Diagnóstico por Endoscopia	720	654	720	715
Total	**720**	**654**	**720**	**715**

470 - Saídas Hospitalares em Clínica Cirúrgica	1º Semestre		2º Semestre	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Eletivas	816	917	816	1.236
Urgências	1.950	1.903	1.950	1.852
Total	**2.766**	**2.820**	**2.766**	**3.088**

Ouvidoria

Exercite sua cidadania

A Imprensa Oficial, em sua constante busca
por qualidade e transparência, disponibiliza
um canal direto de comunicação com a sociedade.

www. imprensaoficial.com.br

io | ouvidoria

ouvidoria@imprensaoficial.com.br
Rua da Mooca, 1921
Cep: 03103 - 902 São Paulo
www.imprensaoficial.com.br/ouvidoria.aspx
(11) 2799 9687

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 24/05/2019 09:59:42.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 31056457] - www.imprensaoficial.com.br